



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Luta e resistência dos movimentos sociais à Hidrelétrica Belo Monte na Transamazônica – PA

Juliete Miranda Alves¹

Resumo: *O Município de Altamira está situado no sudoeste do Estado do Pará e deverá abrigar grande parte do empreendimento hidrelétrico (AHE) Belo Monte, obra aprovada pelo Programa de Aceleração do Crescimento- PAC do governo federal, a ser executado no rio Xingu. Nos últimos trinta anos, esta hidrelétrica, têm sido um dos projetos mais discutidos no Brasil, gerando opiniões diferenciadas e mobilizando distintos atores sociais, defendendo ou desaprovando a sua construção. Este artigo tem como objetivo central destacar as lutas e as formas de resistência, sobretudo nos eventos realizados pelos movimentos sociais contrários à construção da barragem, representados principalmente pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre. Este movimento é composto de diferentes atores sociais: movimento de mulheres, índios, ribeirinhos, trabalhadores rurais, religiosos pertencentes à Prelazia do Xingu e organizações não governamentais. Procura também analisar algumas falas dos militantes deste movimento e de moradores de uma comunidade intitulada Santo Antônio que será remanejada pela construção da usina, na intenção de compreender o sentido atribuído pelos atores à expressão “desenvolvimento”.*

Palavras-chave: *Movimentos Sociais, Desenvolvimento, Representação.*

Abstract: *The city of Altamira is situated in the southwest of Pará and should accommodate most of the hydroelectric project (AHE) Belo Monte approved by*

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Professora da Faculdade de Engenharia Agrônômica da Universidade Federal do Pará/ UFPA- Campus de Altamira. Juliete110@yahoo.com.br

the Federal government Growth Acceleration Program - PAC, to be carried out on the Xingu River. Over the past thirty years, this dam has been one of the most discussed projects in Brazil, generating different opinions, and mobilizing different social actors who defend or disapprove its construction. This article aims to highlight the central struggles and forms of resistance undertaken by social movements against the dam, mainly represented by the Movimento Xingu Vivo para Sempre "Forever Alive Xingu Movement". This movement is composed of different social actors: the women's movement, Indians, riverine, rural workers, religious leaders belonging to the Prelature of Xingu and non-governmental organizations. I also try to analyze the discourse (ou speech) of this movement activists and residents of a community called Santo Antonio which will be relocated by the construction of the power plant, in an attempt to understand the meaning assigned to the term "development" by the members of society.

Key - words: *Social Movements, Development, Representation.*

I. Introdução

Este artigo tem como objetivo central destacar as lutas e a resistência dos movimentos sociais contrários à construção da barragem Belo Monte através da atuação do Movimento Xingu Vivo para Sempre, uma articulação de diversos atores que abriga outros movimentos sociais²: mulheres, índios, ribeirinhos, trabalhadores rurais, movimentos dos atingidos por barragem, ambientalistas, religiosos pertencentes à Prelazia do Xingu e organizações não governamentais. O movimento Xingu Vivo constituiu-se em 2008, contudo, o coletivo de organizações que o compõem é de pessoas e entidades que desde a década de 1980 se opuseram à instalação da hidrelétrica. Este movimento sempre questionou o "desenvolvimento" que trará esta barragem, principalmente pelos impactos socioambientais que esta provocará sobre as áreas indígenas e comunidades tradicionalmente estabelecidas. Segundo uma das lideranças do

² Para Melucci (2001) a compreensão das ações coletivas dos movimentos sociais deve combinar a análise da subjetividade das pessoas com a análise das condições políticas ideológicas de um dado contexto histórico. A construção da identidade coletiva implica investimentos contínuos. A importância destas questões está em recolocar a ação coletiva dos militantes de movimentos sociais para além de suas motivações dadas somente por uma orientação econômica, baseada nos ganhos materiais.

movimento, “Belo Monte será um dos maiores crimes ambientais da história do Brasil”.

Procuro compreender a atuação deste movimento em eventos públicos significativos ocorridos em Altamira, tais como: passeatas, audiências públicas, encontros e vigílias. Estes foram espaços de mobilização que deram visibilidade às formas de resistência do movimento. Nessa análise, compreendo estes eventos como rituais, pois possuem uma certa ordem, são formalizados e apresentam um propósito coletivo, mostrando-se reveladores de visões de mundo dominantes ou conflitantes dentro deste movimento. Estes eventos privilegiaram o agir e a linguagem do Movimento Xingu Vivo, mediante canções, cartazes, vestimentas e palavras de ordem.

Em um segundo momento, procuro, através das narrativas coletadas tanto dos militantes do Movimento Xingu Vivo quanto dos moradores da comunidade Santo Antônio, apreender o sentido que esses atores sociais atribuem à expressão “desenvolvimento”, termo insistentemente citado em suas narrativas.

A comunidade Santo Antônio foi fundada em 1973 como área de colonização dentro do Programa Integrado de Colonização para a Amazônia, na década de 1970, anunciado pelo governo militar do presidente Emílio Garrastazu Médici. Incluíam-se neste programa a construção de várias rodovias federais, entre elas a Transamazônica (BR 230), e a construção de vários núcleos de povoamento, em áreas consideradas “despovoadas” na Amazônia. Neste cenário, a Cidade de Altamira ocupava uma posição de destaque como núcleo político e social, abrigando um intenso fluxo migratório e passando por grandes transformações econômicas. É no entorno desta cidade que foram construídos espaços para abrigar os diferentes migrantes que chegaram para ocupar um lote de terra.

É neste contexto que se funda a vila de Santo Antônio, nome dado inicialmente pelos primeiros moradores, “colonos” como eram chamados, por receberem um lote de 100 ha do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A denominação comunidade foi atribuída mais tarde pelos próprios moradores com a chegada de outras famílias em 1973. A comunidade Santo Antônio, fazia parte de Altamira, porém, com o desmembramento territorial deste município em 1991 e a criação

de Vitória do Xingu, a comunidade foi incorporada a este último município.

A comunidade Santo Antônio foi completamente remanejada com a construção da usina. Atualmente, seus moradores estão espalhados em municípios da Transamazônica, como Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo e Medicilândia. No período das entrevistas em 2010, eram 45 famílias moradoras, e todas foram entrevistadas. As principais atividades geradoras de renda das famílias vinham da pesca, da agricultura e dos pequenos comércios.

A Hidrelétrica Belo Monte está prevista pelo Programa de Aceleração do Crescimento– PAC do governo federal e já está em execução no rio Xingu. Esta hidrelétrica terá capacidade para gerar 11 mil megawatts de energia e demandará investimentos na ordem de 19 bilhões de reais. A usina é alvo de protestos de organizações ambientalistas, indígenas e ribeirinhas na região do Xingu. A polêmica chegou à Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2011, através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que exigiu do governo brasileiro esclarecimentos sobre o processo de licenciamento de Belo Monte, citando o potencial prejuízo da construção da obra aos direitos das comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu. A reação do governo brasileiro foi imediata, sendo enviada uma carta à CIDH com informações técnicas a respeito do processo de licenciamento para a construção da hidrelétrica. O governo chamou o embaixador brasileiro na OEA, Ruy Casaes, suspendeu o pagamento da cota de 2012 e retirou a candidatura de Paulo Vannuchi para a vice-presidência da CIDH. É importante frisar que o Brasil é o responsável pela quarta maior cota de pagamentos à OEA – depois dos EUA, do Canadá e do México. A Comissão recuou e enviou uma carta ao Palácio do Planalto, em agosto de 2011, sobre sua nova decisão de permitir a continuidade das obras.

Até o presente, foram liberadas a construção do canteiro de obras e outras ações preparatórias, como abertura de estradas de acesso ao local da hidrelétrica. As obras iniciais foram autorizadas por uma licença parcial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que chegou a ser derrubada pela Justiça e, em seguida, revalidada por decisão do Tribunal Regional Federal (TRF).

Os dados³ que subsidiaram as reflexões deste artigo foram baseados principalmente em narrativas orais, entrevistas gravadas com representantes dos grupos sociais do Movimento Xingu Vivo para Sempre e moradores da comunidade Santo Antônio. Participei de vários momentos significativos para esta análise, tais como passeatas, audiências públicas, encontros e vigílias. Foram estas mobilizações que me permitiram extrair o substrato principal para a compreensão destes eventos como rituais apresentados neste artigo.

A partir das entrevistas e narrativas, percebi algumas concepções que se destacaram na fala dos atores sociais pertencentes a este movimento e às comunidades atingidas. Refiro-me a expressão “desenvolvimento”, que aparece valorizada e ressignificada a partir da vivência ou do engajamento de seus militantes.

II. A Hidrelétrica de Belo Monte: outra forma de ocupação?

Muito das literaturas sobre a Amazônia (SANTOS, 1997, TAMER, 1970, ainda trata as ocupações como “ciclos”, ou “surto”. Esta noção, baseada somente em indicadores econômicos e na fixação de populações em áreas novas, omite a importância de outros modos de vida existentes no local, tais como camponeses, indígenas e ribeirinhos.

A ideia de ciclos ou surtos repousa na concepção preconceituosa de uma população acomodada à fartura dos rios e florestas e que precisa ser inserida na modernização através de programas e projetos. Esta foi a marca das ocupações na Amazônia, ocorridas principalmente nos anos 1970 e 1980, com os programas desenvolvimentistas: a expansão da fronteira agropecuária; a constituição de polos minerais e siderúrgicos; a exploração madeireira; a construção de hidrelétricas e a construção de

³ O trabalho a que me refiro é a pesquisa em desenvolvimento intitulada “Mapeamento das dinâmicas socioambientais em populações tradicionais em Altamira-PA”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará- FAPESPA cujo apoio agradeço. Esta pesquisa contou também com o apoio de vários bolsistas voluntários e uma bolsista do Programa de Iniciação Científica da UFPA.

ferrovias. O Estado concedeu grandes incentivos fiscais a muitas empresas que vieram se instalar na Amazônia, subsidiando e financiando a destruição da floresta por projetos agropecuários e minerais. Os estados mais atingidos foram o Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Essas formas de ocupação caracterizaram-se por serem decisões tomadas fora do alcance das populações tradicionais e marcadas principalmente pelo controle geopolítico. A cada etapa intervencionista na história da Amazônia, ocorria uma leva migratória em busca das novas oportunidades, gerando a expropriação de ribeirinhos e agricultores, a invasão de terras indígenas, violência e conflitos de terra mascarados pela ilusão do emprego urbano. Contraditoriamente, a exclusão dos grupos tradicionais na Amazônia levou-os também a se organizarem, constituindo espaços de ação, em sindicatos, associações, grupos de mulheres, etc. Com a Constituição Federal de 1988 assegurando, dentre os seus princípios e diretrizes, “a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (art. 204), os movimentos sociais já organizados, entre estes o movimento ambientalista, encontraram amparo constitucional na retomada da participação social como eixo fundamental na gestão e no controle das ações do governo. Na década de 1990, com a discussão ambientalista no cenário internacional repercutindo no encontro ocorrido no Rio de Janeiro, a ECO 1992, o “tradicional” passou a ser valorizado como oposto à modernização. Criaram-se mecanismos de participação comunitária: associações de moradores, de bairros, centros comunitários, regulamentações e formas de controle na apropriação de recursos escassos, especificamente a pesca nos lagos em determinados períodos do ano. Nesta conjuntura política, outros grupos e organizações emergiram: organizações não governamentais– ONGs; grupos de pesquisa voltados para o desenvolvimento e para a pesquisa-ação.

Neste período, alguns pesquisadores e ambientalistas questionaram os conceitos por trás das políticas de ocupação. Embora considerassem as formas de sociabilidade e as características culturais das sociedades locais, o faziam sob uma ótica que privilegiava a preservação dos recursos naturais. Mesmo sendo esta concepção mais avançada em relação ao planejado pelo regime militar para a Amazônia, ainda se encontrava presa ao exótico, ou ao mito da natureza intocada (DIEGUES, 1999).

Para Diegues, esta forma romântica de pensar a natureza, que caracterizava os primórdios de um movimento ambientalista preservacionista, era caracterizada por manter as áreas preservadas, removendo as populações, ou no máximo permitindo que elas conservassem faixas de entorno. Essa é uma das principais críticas dos ambientalistas sociais aos preservacionistas clássicos. A crítica de Diegues dirige-se a muitos desses projetos que não consideram a diversidade cultural das populações com suas especificidades e suas relações com os recursos naturais. Este debate foi muito ativo durante as discussões em torno da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 2000.

A hidrelétrica Belo Monte está sendo construída no rio Xingu. O Xingu é um rio que nasce a oeste da serra do Roncador e ao norte da serra Azul, no leste do Mato Grosso. Corre na direção sul-norte, paralelo aos rios Tapajós e Tocantins e, após percorrer mais de dois mil quilômetros, deságua ao sul da ilha de Gurupá (PA), na margem direita do Amazonas, do qual é um dos maiores afluentes.

A bacia hidrográfica do Xingu se estende por 450 mil km² e tem um potencial hidrelétrico de 22 mil megawatts, um dos maiores do país (ELETRONORTE, 2008). A Volta Grande do Xingu foi o local escolhido para construção da hidrelétrica, pela sua queda de 96 metros formando diversas cachoeiras e ilhas, portanto, local privilegiado pelo seu potencial hidrelétrico. O impacto desta hidrelétrica e seus efeitos atingirão diretamente e indiretamente, segundo dados do Instituto Socioambiental – ISA (2011), várias áreas indígenas na bacia do Xingu. Serão diretamente atingidas 28 etnias (12 em Mato Grosso e 16 no Pará) em 29 terras indígenas. Duas outras terras indígenas serão diretamente afetadas pela diminuição da vazão do rio: Paquiçamba e Arara na Volta Grande. A área indígena Juruna do km 17 da Rodovia PA 415 será afetada pelo aumento da trafegabilidade na estrada.

De acordo com os dados do ISA(2011), as populações indígenas indiretamente afetadas são: Trincheira do Bacajá, 673 pessoas; Koatinemo, 144 pessoas; Arara, 236 pessoas; Kararaô, 39 pessoas; Cachoeira Seca, 81 pessoas; Araweté, 398 pessoas; e Apyterewa, 411 pessoas, totalizando, aproximadamente, dois mil indígenas.

Somando-se a população indígena e as populações não indígenas direta e indiretamente atingidas nos municípios de Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Anapu, Vitória do Xingu, Medicilândia, Gurupá, Brasil Novo, Placas, Uruará e Pacajá, chega-se a 317.472 habitantes e 350 famílias de ribeirinhos que vivem nas Reservas Extrativistas–RESEX do rio Iriri, riozinho do Anfrísio, Verde para Sempre e Médio Xingu. E mais 21 comunidades quilombolas (ISA, 2011).

Os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu foram definidos pela Eletrobrás como a área de abrangência da UHE Belo Monte. Trata-se de locais que contam com floresta de terra firme e floresta de várzea, e cidades nas quais vivem mais de 300 mil pessoas. Altamira é o maior centro urbano local e conta com aproximadamente 100 mil habitantes (IBGE, 2009).

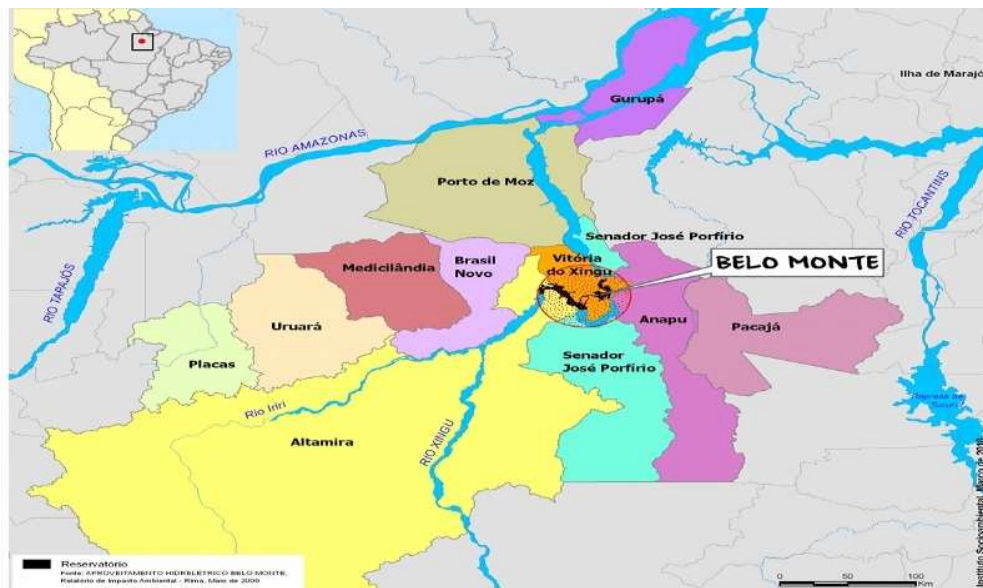


Figura 1: Localização da UHE Belo Monte.
Fonte: Instituto Socioambiental, 2011.

Além do Movimento Xingu Vivo para Sempre, outro grupo mobilizado se destaca por defender a construção da barragem: o FORT-Xingu, criado em maio de 2009. De acordo com o seu estatuto, trata-se de um fórum que congrega mais de 170 entidades da sociedade civil de Altamira, destacando-se empresários, comerciantes, prefeitos, profissionais liberais e também integrantes de movimentos sociais. Este grupo passou a ter maior evidência recentemente, por se comportar como mediador dos interesses locais. Apoiava-se principalmente na concepção de que esta construção trará desenvolvimento econômico e benefícios sociais para a população da Transamazônica. Como não é o objetivo deste artigo analisar a atuação do FORT-Xingu, isso será feito em alguns momentos apenas como forma de comparar e ressaltar os significados que observamos nos eventos promovidos pelo Movimento Xingu Vivo.

III. Os eventos/rituais como espaços de adesão

Nos últimos trinta anos, Belo Monte tem sido um dos projetos hidrelétricos mais discutidos no Brasil. Nesse longo processo de discussões, várias formas de resistência configuraram-se como práticas de grupos sociais que foram excluídos dos direitos de cidadania, tais como mulheres, índios, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares. A resistência a esse projeto foi marcada por momentos importantes. Tomarei como marco de representação simbólica de contestação o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro de 1989, ocorrido em Altamira. Neste encontro, a índia Kaiapó Tuirá passou o facão no rosto do representante da Eletronorte, em um gesto simbólico de advertência e indignação ao projeto de barragem⁴. O evento foi encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento na região. Uma das e-

⁴ O projeto antes intitulado Kararaô (grito de guerra em Kaiapó) mudou o nome para Belo Monte, logo após o 1º Encontro dos povos indígenas do Xingu, realizado em fevereiro de 1989, na Cidade de Altamira. A retomada da proposta de construção da hidrelétrica ocorreu no segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2011).

xigências foi que o Banco Mundial– BIRD retirasse qualquer apoio financeiro a novas usinas na Amazônia.

Nesse longo processo de discussão e debates, os grupos sociais disputaram e continuam a disputar a visibilidade no espaço público em forma de passeatas, audiências públicas e encontros. Estes eventos procuram evidenciarnão só os aspectos positivos na construção da barragem, mas também o lado destrutivo deste empreendimento. Neste cenário de confronto, resgatarei a atuação do Movimento Xingu Vivo para Sempre, que por meio de uma série de práticas constituiu-se no movimento representativo dos grupos sociais que fazem oposição à construção da usina. Os significados desses atos podem ser captados e compreendidos pelo conceito de força teatral (PRADIER, 2000), pelo qual essas manifestações se recobrem de formas de se falar, cantar e de se enfeitar que as diferenciam do cotidiano, marcando seu caráter espetacular ou extraordinário, ou pelo conceito de *performance*⁵ de Turner, que busca ver os papéis que as pessoas e grupos simbolizam e representam como correspondendo a inversões das posições que ocupam em condições ordinárias na sociedade (TURNER, 1982). Estes eventos construídos pelos participantes são entendidos como espaço de ação e como canal de comunicação para as suas propostas que se tornam, assim, manifestas.

Sob este prisma, a *performance* dos grupos analisados em Altamira manifestou um momento de luta acirrada, negação e disputa de um projeto de hidrelétrica questionado há mais de trinta anos. Cito dois momentos que caracterizei como significativos ocorridos em Altamira.

Em 2008, vários eventos foram realizados como demonstração de poder e mobilização por diferentes grupos sociais. Em maio, ocorreu o Encontro Xingu Vivo, reunindo em um ginásio de Altamira várias entidades governamentais e não governamentais, tribos indígenas, movimento de mulheres, religiosos da Prelazia do Xingu, organizações de direitos hu-

⁵ Nos estudos sobre *performance*, Victor Turner (1982) a define a partir do teatro. Nesta situação, as pessoas ou grupos representam, simbolizam papéis que correspondem a uma posição invertida em relação ao *status* ou condição que ordinariamente possuem na estrutura social. Para este autor, “todo tipo de *performance* cultural, incluindo ritual, cerimônia, carnaval, teatro e poesia, é explicação da vida” (TURNER, 1982).

manos e ambientalistas. Este evento tinha como um dos seus objetivos discutir as consequências negativas da construção da Hidrelétrica Belo Monte para as populações atingidas. De modo semelhante ao ocorrido em 1989, havia no ginásio várias tribos indígenas, manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Comissão de Direitos Humanos, a imprensa nacional e internacional. O que mais se ouvia no ginásio lotado eram as palavras de ordem “Fora belo monstro” e “Não queremos a hidrelétrica Belo Monte”. De um lado do ginásio estavam alguns dirigentes da Eletrobrás; de outro, os grupos citados acima, com um número expressivo de etnias indígenas.

No segundo dia do encontro, um dos diretores da Eletrobrás, em seu discurso de apresentação, foi ferido no braço por um golpe de facão desferido por um índio Kaiapó. O diretor, sangrando, tentava, ajudado por outros, sair do ginásio. Os índios gritavam palavras de ordem e houve intervenção da polícia para conter os ânimos. A própria organização do encontro procurou acalmar o público, que prosseguiu como previsto por mais dois dias. Este fato gerou polêmicas de diferentes ordens, levando inclusive a população local a se posicionar, a comentar positiva ou negativamente o ato praticado. Uma parte da imprensa nacional e internacional apontou este fato como de extrema selvageria, alguns justificando inclusive que a construção da barragem traria a modernidade, o progresso e relações mais civilizadas.



Figura 2: Audiência Pública no Poliesportivo da Brasília, 2008.

Fonte: www.xinguvivo.org.br

Este encontro resultou na articulação dos grupos sociais formando o Movimento Xingu Vivo para Sempre, e nele foi escrita uma carta dirigida à sociedade civil e ao governo federal, pedindo o cancelamento da construção da usina e maiores discussões com as populações atingidas.

O segundo momento que descrevo foi uma reação ao Encontro Xingu Vivo. Empresários e comerciantes locais promoveram no mesmo ano uma grande passeata, mobilizando muitas pessoas na Cidade de Altamira. Esta passeata fechou o comércio local, paralisou atividades em instituições municipais, estaduais e federais e encerrou-se com um *show* e sorteios de muitos prêmios no ponto turístico mais importante da cidade. Os empresários espalharam uma série de adesivos que circularam em carros com os seguintes dizeres “Queremos a hidrelétrica Belo Monte”. Questionaram, através da imprensa escrita e televisiva, o quanto o encontro ocorrido no ginásio havia sido “coordenado” por “forças de fora” e “grupos que sequer são da Transamazônica”. Referiam-se principalmente ao Greenpeace e ao MAB.

De 2008 até os dias atuais, foram realizadas várias passeatas e vigílias pelo Movimento Xingu Vivo, geralmente em frente ao escritório e auditório da Eletronorte. As vigílias se caracterizam por serem noturnas.

Seus manifestantes usam faixa preta no braço ou se vestem de preto, simbolizando o luto. Acendem-se velas e entoam-se canções. Quanto às passeatas, muitas terminam no cais da cidade, onde seus manifestantes dão as mãos para simbolizar um abraço ao rio Xingu. Gritam palavras de ordem como “Fora belo monstro”, “Hidrelétrica da morte”. Estes encontros e mobilizações contam com muitos estudantes das escolas públicas de Altamira.

As passeatas, as vigílias e os encontros são momentos de identificação e adesão, procurando incorporar o maior número possível de pessoas. Nestes eventos, o indivíduo se compromete com o movimento, com suas reuniões e mobilizações. São também espaços interativos que fortalecem redes de relações e se apoiam “na dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos que colocam em ação múltiplas concepções relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros” (COMEFORD, 1999, p.149). Os eventos são cuidadosamente anunciados em carro de som, convidando a população. São mobilizados professores e alunos das escolas. O convite anunciado já demarca o terreno do conflito daqueles que se opõem a barragem, em relação àqueles que defendem a barragem, como o FORT-XINGU.

Estes eventos são também demonstrações públicas de força e traduzem muito bem como o espaço público é o lugar privilegiado das manifestações e representações sociais. As representações sociais expressam visões do mundo que por sua vez explicam e dão sentido aos fenômenos sociais. Esses sentidos se manifestam em ações, especialmente aquelas evidenciadas no espaço público, que por excelência é o local do jogo político e, portanto, lugar privilegiado das representações sociais.

O Movimento Xingu Vivo para Sempre, ao articular vários segmentos sociais que na Amazônia historicamente foram renegados em seus direitos sociais, construiu um espaço de ação, socialmente elaborado e compartilhado. Nos estudos sobre representações sociais, Jodelet (1991) as compreende com um duplo movimento. São, por um lado, sistemas que registram nossas relações com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Por outro, interferem nos processos ao ampliarem a difusão e a assimilação dos conheci-

mentos, modificando posicionamentos e definindo identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e expectativas de transformações sociais.

IV. Os sentidos do desenvolvimento

Nos eventos ocorridos, o Movimento Xingu Vivo procurou mobilizar expectativas, representações de si e do outro através da utilização de imagens e exemplos negativos de construções de outras barragens, citando insistentemente Tucuruí e as formas intervencionistas dos projetos na Amazônia. Essas imagens do passado foram evocadas e articuladas ao presente, criando outros significados.

A história nos mostra que essas barragens (citando como exemplos Tucuruí e Sobradinho), foram um desrespeito aos direitos dos cidadãos, até hoje tem pessoas sem indenização, foram expulsas de suas terras sem direito a nada. Agora dizem que humanizaram esses projetos para a Amazônia, fizeram estudos de impactos ambientais etc. Que nada, esta energia não servirá para nós. Acabam com nossas riquezas naturais, destroem o meio ambiente em nome de uma barragem que irá atender mais ao centro sul do que aos moradores da região. Não queremos este tipo de progresso e desenvolvimento (Liderança do Movimento Xingu Vivo. Entrevista gravada em junho de 2010).

Não há nada que me convença de que será diferente esta barragem. Conseguimos por mais de duas décadas impedir esta construção. A história neste país é reveladora. Os grandes projetos para a Amazônia foram para atender a elite, desrespeitaram a Constituição, não respeitando a cultura indígena, dos caboclos. Não há desenvolvimento social nem justiça em uma construção como esta. Há interesses de grupos econômicos. Os direitos humanos – dos mais pobres – serão novamente negligenciados. (Padre da Prelazia do Xingu. Entrevista gravada em maio de 2010).

A expressão “desenvolvimento” é citada insistentemente em várias entrevistas. No discurso acima, aparece como um processo de intervenção, em que a discussão e o debate foram negligenciados, destruindo as relações entre povos indígenas, seus territórios e culturas. Desenvolvimento e direitos civis aparecem como expressões antagônicas.

Em outra fala observou-se,

Para mim, todo projeto que vai interferir na vida de muita gente precisa ser muito discutido. É importante ouvir as pessoas que estão diretamente envolvidas; para mim isto é desenvolvimento. Tantos anos de debate sobre esta usina, e quantos grupos sociais foram ouvidos? Tudo é uma encenação de democracia. Que desenvolvimento é este sem democracia. (Representante do Movimento de mulheres. Entrevista gravada em maio de 2010).

Nesta fala de outra liderança, o desenvolvimento está relacionado à democracia e pode ser positivo desde que discutidas suas implicações nas transformações das relações econômicas e sociais de todos os segmentos atingidos, para proteger sobretudo os interesses de populações locais que historicamente foram expropriadas em seus direitos.

No caso dos diferentes atores e grupos sociais pertencentes ao Movimento Xingu Vivo, seus participantes não necessariamente partilham uma experiência ou significados comuns, mas têm uma posição comum quando negam a construção da hidrelétrica. Esta diferença transpareceu nas falas de outros militantes deste grupo, representado principalmente por ecologistas e ambientalistas. Apresentaram um discurso sobre o desenvolvimento baseado acima de tudo na conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais. Para estes, esta é a condição básica para o desenvolvimento.

Como falar em desenvolvimento quando muitas espécies deixarão de existir. Teremos um desequilíbrio ecológico sem precedentes. Recentemente foram desmata-

das áreas com florestas preservadas, com alta densidade de árvores com troncos de mais de um metro de diâmetro. Muitos animais morreram como os tamanduás-mirins (Ambientalista. Entrevista gravada em novembro de 2011).

As opiniões, os sentidos atribuídos à expressão “desenvolvimento” não são consensuais, contudo são socialmente elaborados e compartilhados, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. Exercem funções simbólicas e ideológicas, servem de comunicação onde circulam (JODELET, 1991).

Em seu discurso, o FORT-Xingu destaca que a sociedade civil da região da Transamazônica obteve uma grande vitória ao “conseguir que o edital de licitação da hidrelétrica de Belo Monte obrigasse o consórcio vencedor a investir 500 milhões de reais no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) da região” (Folder de divulgação, 2009). Trata-se de um amplo programa construído por comerciantes, empresários locais, representantes dos governos municipais, estadual e federal, setor produtivo e entidades da sociedade civil. É composto de um roteiro e de uma série de metas para alcançar o desenvolvimento sustentável. Entre estas ações estão: a regularização fundiária, a agilidade nos processos de licenciamento ambiental, o incentivo às atividades produtivas, a melhoria de infraestrutura urbana etc. Para os representantes do FORT-Xingu, a inclusão desta obrigação no edital é uma garantia de que os recursos serão investidos para melhorar a qualidade de vida da população que mora na área de influência da hidrelétrica, trazendo com isso desenvolvimento.

Para mim, direito é uma palavra muito usada de forma indevida. Esta barragem vai trazer benefícios e desenvolvimento econômico, vamos ter dinheiro para fortalecer nossas instituições, melhorar nossos postos de saúde, de vigilância, hospitais. Todos terão mais acesso a direitos fundamentais. Para mim, teremos mais justiça e qualidade de vida quando o cidadão tiver acesso à educação. Nossa cidade com a barragem pode melhorar a educação de todos. (Prefeito. Entrevista gravada em junho de 2010).

Para o Movimento Xingu Vivo, o desenvolvimento é para poucos:

O FORT-Xingu fala em desenvolvimento, mas é a defesa dos interesses dos empresários, querendo expandir seu comércio, seu capital. Desde quando os grandes projetos para a Amazônia trouxeram desenvolvimento, progresso? (Liderança do Movimento de mulheres. Entrevista gravada em maio de 2010).

Para Diegues (1992), o conceito de desenvolvimento é fundamentalmente político, cada grupo de interesse ou classe social o define segundo suas próprias perspectivas. No caso dos discursos do FORT-Xingu, a construção da hidrelétrica é um meio eficiente de alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico. A barragem então é valorizada como instrumento, obra eficiente para se chegar a uma melhoria na qualidade de vida da população.

Nas narrativas dos militantes do Movimento Xingu Vivo, impedir a construção da hidrelétrica é também um ato de justiça histórica com o passado, resgatando os direitos fundamentais do ser humano perdidos em outros momentos de conflitos, a exemplo da hidrelétrica de Tucuruí.

Na comunidade Santo Antônio, grande parte dos moradores (ressalta-se que eram 45 famílias) tinha como atividades de renda a pesca, a agricultura e o comércio. Este último era uma atividade de renda complementar, realizada na própria casa, e exercida sobretudo por aposentados, que aproveitavam a vinda de pessoas de Altamira e Vitória do Xingu no final de semana para tomar banho de rio e comer peixe.

No trabalho de campo, as entrevistas revelaram a baixa escolaridade das famílias (85% não completaram o ensino fundamental menor de 1º à 4º série), a deficiência de infraestrutura na área e a ausência de saneamento básico, posto de saúde e escola de ensino médio. Apesar de a localidade datar de 1973 e estar situada próximo às estradas principais que dão acesso a Altamira e Vitória do Xingu, os moradores se sentiam “esquecidos e abandonados”, como revelaram diversas entrevistas. Um dado interessante foi o fato da renda de grande parte dos pescadores ser

proveniente da venda ilegal de tartarugas e tracajás. Esta informação não foi obtida nas entrevistas com os moradores, mas pela observação e por outras fontes, como os compradores das tartarugas. O IBAMA fiscalizava o local, devido a inúmeras denúncias de pesca predatória. A comunidade Santo Antônio apresentava escassez dos recursos naturais, solos compactados e desmatamento acelerado; além disso, várias espécies de peixes haviam desaparecido.

A maioria das entrevistas com as famílias revelou a falta de informação sobre o empreendimento e seus impactos, bem como sobre a mudança que a comunidade sofreria. Contudo, esta área foi visitada por diferentes pesquisadores. A Eletronorte realizou o cadastro das famílias. Mesmo com toda esta movimentação a respeito do assunto, muitos moradores não compreendiam as mudanças radicais pelas quais passariam.

Tem sempre muita gente passando aqui e falando desta barragem, dizem que vamos sair daqui e vamos ser indenizados, se for assim vou comprar uma casinha em Altamira. Mas não sei o que vou fazer na cidade. Há muita gente falando sobre esta barragem e poucas explicações. (Morador da comunidade Santo Antônio. Entrevista gravada em junho de 2010).

Para mim, tanto faz, não tem nada neste local, moro aqui desde a fundação e se não fosse este pequeno comércio para sobreviver morreria de fome. Quando cheguei tinha muito peixe e tracajá, eu era pescador. Os peixes diminuíram e proibiram a venda de tartarugas. Querem que a gente viva do quê? Aqui não tem nada. (Morador da comunidade Santo Antônio. Entrevista gravada em junho de 2010).

Moro desde a fundação da comunidade em 1973, tenho meu gado e meu comércio. E vamos ser remanejados porque aqui vai ser uma das casas de força da barragem. Nos disseram em uma das reuniões da comunidade que receberemos um bom dinheiro para sairmos, que ficaremos melhores. Que nosso município vai desenvolver. Perguntei, em que lugar a construção de

uma barragem melhorou a vida das pessoas? Se sair daqui não sei o que fazer. Vão nos dar dinheiro, mas quem ensina a gente a ter o que fazer. (Morador da comunidade Santo Antônio. Entrevista gravada maio de 2010).

As narrativas mostraram que o sentido atribuído por estes moradores à expressão “desenvolvimento” se diferenciava tanto daquele do Movimento Xingu Vivo, quanto do FORT-Xingu. O desenvolvimento era uma expressão sem peso social em suas vidas, estava mais relacionada a algo que é dado por outro. Ou ao drama de quem perguntava enfaticamente, o que “irei fazer?”, “que emprego terei?”, quando toda a sua atividade de sobrevivência estava voltada para a agricultura ou para a pesca. No momento das entrevistas em 2010, a comunidade inaugurava a sede nova da Igreja católica, com uma grande festa e churrasco para seus moradores e visitantes, como se nada fosse acontecer e a vida seguisse seu curso. Scott (apud MENEZES, 2002), ao analisar outras formas de resistência do campesinato, compreende que estas também podem ser traduzidas no cotidiano, expressas em práticas rotineiras, representações, ou através de expressões difusas e fragmentadas. A inauguração da Igreja talvez fosse o ato representativo, símbolo de resistência a uma mudança radical e pouco explicada pelos órgãos competentes. Ou, como ensina Woortman (1997), o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação que virá com a barragem.



Figura 3: Inauguração da Igreja católica na comunidade Santo Antônio, 2010.

Toda a área da comunidade será inundada com a construção da barragem. Mesmo diante deste fato, a falta de informação sobre a hidrelétrica e suas consequências prevaleceu entre os moradores, gerando um sentimento contraditório à pujança do debate e dos discursos presentes no cotidiano das cidades que serão impactadas por esta construção. Muitos moradores não desejavam sair, por que lá construíram suas vidas, criaram seus filhos, organizaram o vilarejo e tinham os seus entes queridos enterrados, contudo, também não apresentaram uma opinião formada sobre o empreendimento e suas consequências. As expressões “desenvolvimento” e “progresso” não estavam presentes nos discursos dos moradores entrevistados. Isso não deve excluí-los do debate, e esta análise não pode ficar restrita às entrevistas, pois os conflitos pelo remanejamento dos moradores foi algo anunciado pelas formas de classificação dispostas nas políticas compensatórias.

O remanejamento completo já aconteceu. Atualmente os ex-moradores continuam se referindo a Santo Antônio como comunidade. Uma comunidade que agora só existe na memória. Foram indenizados, alguns compraram casas, em sua maioria na Cidade de Altamira, enquanto outros investiram em um novo lote na área rural. Nas entrevistas, pergun-

tados sobre o fim da comunidade, um dos últimos moradores a sair expressou: “a comunidade ficará na lembrança, ou vamos recomeçar no que sabemos fazer, sendo que muitos já estão velhos para recomeçar, ou então ter um emprego de peão de obra na barragem” (Morador da comunidade Santo Antônio. Entrevista gravada em março de 2012).

Uma das questões discutidas pelo Movimento Xingu Vivo, quando se fez o cadastro das famílias para possíveis indenizações, foi o sistema de classificação e critérios utilizados pelo empreendimento, questionando se “seriam eles agricultores familiares”, visto que exerciam também atividades de pesca e comércio, e outros tinham membros da família trabalhando como funcionários no Município de Vitória do Xingu (serventes de escola, faxineiras etc.). A indenização às famílias foi norteadada por critérios de classificação que definem “o que é um pescador” ou um “agricultor familiar”. Neste sentido, o morador precisava “se encaixar” em uma atividade para receber a indenização. Mas como afirmou um morador,

Passei a vida toda pescando, tendo um gadinho, vendendo no meu comércio, e agora tenho de dizer e escolher o que eu sou, o que faço e do que vivo, principalmente. Tudo que entra na minha casa é importante para manter minha família (Morador da comunidade Santo Antônio. Entrevista gravada em maio de 2010).

Estes novos critérios de classificação têm reforçado a luta do Movimento Xingu Vivo, que constantemente aciona os mecanismos legais através da Defensoria do Estado ou do Ministério Público Federal, para uma série de ações legais e constitucionais. A entrada de novos sujeitos e instituições revigora os repertórios de ações utilizados nos eventos do Movimento. A resistência ganha novos contornos com as redes de cooperação que foram constituídas; são representantes de instituições, ONGs, representações de Igreja internacionais, atores e atrizes nacionais e internacionais, professores e pesquisadores.

A baixa escolaridade das comunidades atingidas diretamente é uma barreira no campo do desenvolvimento. As regras, a formação de consórcios de empresas, os relatórios de impactos ambientais são instruções

escritas, fundamentadas no planejamento de um projeto, portanto excluem populações não escolarizadas e não integradas à racionalidade dos planejamentos evidenciados nestes projetos. Mesmo a competência comunicativa que caracteriza muitos militantes não é um recurso suficiente de convencimento.

Finalmente, existe a necessidade fundamental de uma discussão ampla e global sobre a energia baseada em hidrelétricas, pois estes são projetos que mudam de forma profunda as relações sociais e econômicas na Amazônia. Afinal, tivemos períodos não tão distantes, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, em que imperaram os grandes projetos para a Amazônia sem qualquer critério de debate. Naqueles períodos conflituosos, restava à sociedade civil acatar ou resignar-se, o que nem sempre aconteceu, conforme ocorreu emblematicamente com a construção da hidrelétrica de Tucuruí e os grupos sociais que se formaram em torno desta para contestar a sua construção.

Ao longo de sua história, a Amazônia tem gerado sempre mais recursos para fora do que tem recebido como retorno; tem sido um lugar de exploração, abuso e extração de riquezas, recursos naturais e biodiversidade. Os equívocos dos planos, projetos e programas federais nas últimas décadas encontraram resistência nas classes mais pobres e contraditoriamente fortaleceram organizações de mulheres, camponeses, índios etc. São esses grupos que, fragilizados historicamente em seu poder de decisão, construíram uma forma de representação política em torno da barragem, compartilharam e contribuíram para a construção de um discurso comum de reação a este projeto. As representações sobre os modelos de desenvolvimento econômico e social devem ser discutidas com amplos setores da sociedade direta e indiretamente impactados pela construção de Belo Monte.

O diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento dos povos tradicionais é fundamental para a produção de novos conhecimentos e para a transformação das práticas científicas e políticas de conservação. Diegues (1999) destaca em seu livro *O mito moderno da natureza intocada* que quando se fala em modelos importados de desenvolvimento não se está referindo apenas a aspectos estruturais dos parques e reservas, mas também à própria forma de pensar a relação do ser humano

com a natureza. Isso passa necessariamente por valorizar saberes tradicionais, por uma revisão da própria comunidade científica em relação à imagem da ciência que desprezou estes saberes, das instituições que, herdeiras do autoritarismo do regime militar, valorizaram o desenvolvimento econômico como uma discussão reservada à esfera institucional.

A hidrelétrica de Belo Monte, atualmente está com mais de 30% de sua infraestrutura física construída, segundo dados da Norte Energia (2013), contudo, a resistência dos movimentos permanece questionando a construção e o não cumprimento das condicionantes (são 23 condicionantes a serem atendidas pela Norte Energia, entre elas, o saneamento básico, a construção de escolas e postos de saúde, a implantação de áreas de preservação permanente dos reservatórios, reassentamentos urbanos para a população atingida diretamente e indenizações, implantação de Projeto Básico Ambiental do componente indígena). Foram várias interrupções na construção da barragem, realizadas principalmente por índios de diversas etnias, que ocuparam os canteiros de obras, desde o início da edificação da hidrelétrica, em junho de 2011. Segundo o MAB (2013), mais de cinco mil operários diretamente envolvidos na construção da hidrelétrica paralisaram suas atividades, reivindicando melhores condições de trabalho. Mesmo em adiantado estágio da infraestrutura física, as discussões em torno da barragem permanecem, os eventos continuam, mostrando as distintas representações sobre os modelos de desenvolvimento econômico e social defendidas pelos grupos.

V. Considerações Finais

As narrativas aqui selecionadas são, em sua maioria, representativas de grupos sociais que negam a hidrelétrica como um projeto de desenvolvimento planejado. Procurei mostrar como os eventos fazem parte do repertório do Movimento Xingu Vivo Para Sempre e expuseram ao público as identidades e percepções deste movimento. O conflito, o drama social, as expectativas foram formados como elementos da experiência, da vivência dos participantes destes grupos que tanto influenciaram (e

continuam influenciando) a construção da realidade social, ao mesmo tempo que são por ela influenciados.

O sentido atribuído dos diversos atores que compõem o Movimento Xingu Vivo para Sempre revela o quanto são diferentes as compreensões sobre a expressão “desenvolvimento”. Os discursos dos representantes do FORT-Xingu, por seu turno, revelam uma percepção de desenvolvimento pautado principalmente por dois indicadores: a ideia do progresso econômico como alavancador da qualidade de vida e como conquista garantida com a construção da barragem Belo Monte.

Para o Movimento Xingu Vivo para Sempre, o desenvolvimento assume sentidos diferentes, dependendo de seus participantes, ou assume o sentido de ser somente um discurso, usado para encobrir a negligência histórica que destruiu o território e as relações culturais de populações tradicionais. Pode incluir a significação baseada em preocupações ambientais, sentido da preservação de espécies e das reservas naturais, ou ainda a busca de um desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente incluyente.

Para os moradores da comunidade Santo Antônio, o sentido de desenvolvimento estava relacionado à sua vivência e à prática concreta das atividades exercidas na comunidade. Vivenciaram a multiplicação de problemas, gerados pela proibição da pesca, pelo desmatamento e pela ausência do poder público. São sentidos diferenciados sobre a expressão desenvolvimento, mas reveladores de vivências, de diferentes experiências e da posição que cada grupo ocupa.

Em meu último retorno à comunidade, encontrei o morador mais antigo que me relatou com um ar saudosos: “Isto aqui, agora, é um lugar de fantasma; só ouvimos as explosões dos trabalhadores explodindo pedras para colocar as turbinas da hidrelétrica; isto aqui não é mais lugar de vida, é de morte” (Morador da comunidade Santo Antônio, outubro de 2012).

Referências

ALVES, Juliete Miranda; CARDOSO, Rodrigo O. Hidrelétrica Belo Monte e a Resistência do Movimento Xingu Vivo para Sempre. In: **Semana de Integração das Ciências Agrárias**, n. 7, Altamira-PA. Anais da SICA, 2012.

PRADIER, Jean Marie. Os estudos teatrais ou o deserto científico. Tradução de Antonia Pereira. **Repertório Teatro e Dança**, Salvador, PP-GAC/UFBA, n.4, 2000.

DIEGUES.A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis. Da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo. **Perspectivas**, n.6, janeiro-julho de 1992.

ELETRONORTE. **Relatório técnico sobre o Empreendimento Belo Monte**. 2008.

COMEFORD. John. **Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: RelumeDumará/ Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Especial Belo Monte: Cronologia Histórica**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>>. Acesso em: 17 set. 2011.

JODELET, D. Représentationssociales: undomaine en expansion. In: JODELET, D. (org.). **Les representations sociales**. 2ed. Paris: PUF, 1991.

MALUF, Sônia. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. In: **HorizontesAntropológicos**. Porto Alegre. PPGAS/UFRGS, ano 5, n.12, dez.1999.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação. In: **Revista Raízes**, vol. 21, n.1, jan-jun/2002.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, M. Representação social e simbolismo: os novos rumos da imaginação na sociologia brasileira. In: **Revista de Ciências Humanas**. Curitiba: Editora da UFPR, n. 7/8, 1999.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, B. A.de. Os comícios e a política de facções. In: **Anuário Antropológico 94**. Civilização Brasileira, 1995.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, Roberto. História da Amazônia. Belém: CEJUP, 1997
TAMER, Alberto. **Transamazônica. Solução para 2001**. Rio de Janeiro: APEC, 1997.

TAMER, Alberto. **Transamazônica: Um milagre brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 1970.

TURNER, Victor. **The Anthropology of performance**. 2 ed. New York: PAJ Publications, 1982.

WOORTMAN, Klaas. “Com parente não se neguceia”. O Camponato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico 87**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora da UNB, 1990.

Artigo recebido para publicação em:

27 de novembro de 2012.

Artigo aceito para publicação em:

06 de julho de 2013.

Como citar este artigo:

ALVES, Juliete M. “Luta e resistência dos movimentos sociais à Hidrelétrica Belo Monte na Transamazônica – PA”. In: *Revista IDEAS – Inter-*

faces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. especial, pp. 9-35, 2013.